

O AGRONEGÓCIO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE A RELEVÂNCIA DO AGRONEGÓCIO PARA O CENÁRIO ECONÔMICO DO PAÍS (2011 A 2016)

AGRIBUSINESS IN BRAZIL: AN ANALYSIS OF THE RELEVANCE OF AGRIBUSINESS TO THE COUNTRY'S ECONOMIC SCENARIO (2011 TO 2016)

Jorge Luiz Pinheiro Júnior

Email: jorge.diasrr@gmail.com

Bacharel em Economia, Boa Vista, RR, Brasil

Lorena Grasielle Bispo

Email: grasiellesilva13@hotmail.com

Mestre em Desenvolvimento regional da amazônia- NECAR/UFRR, Boa Vista, RR, Brasil

Resumo: Este artigo intitulado “*O Agronegócio no Brasil: Uma análise sobre a relevância do agronegócio para o cenário econômico do país (2011 a 2016)*” procurou tratar da temática em torno do agronegócio. Foram escolhidos os anos de 2011 a 2016 por estes apresentarem um crescimento positivo e também uma desaceleração em relação ao setor. No Brasil o agronegócio tem sido muito importante principalmente no que se refere ao sustento alimentar das pessoas e sua manutenção, além de contribuir para o crescimento da exportação e do país que o executa. O objeto de estudo deste artigo é o Brasil, e o problema que norteia este trabalho é o de saber se o agronegócio brasileiro contribui de maneira significativa para o crescimento econômico do país. Para a construção prática desta pesquisa, foi consultado os indicadores de grande relevância para este setor. Ao final deste trabalho, chegou-se ao resultado de que o agronegócio contribui de maneira significativa para o crescimento econômico do Brasil.

Palavras-chave: Agronegócio, Brasil, Crescimento Econômico

Abstract: This article entitled “*Agribusiness in Brazil: An analysis of the relevance of agribusiness for the country's economic scenario (2011 to 2016)*” sought to address the theme around agribusiness. The years 2011 to 2016 were chosen because they show positive growth and also a slowdown in relation to the sector. In Brazil, agribusiness has been very important, especially with regard to people's food sustenance and maintenance, in addition to contributing to the growth of exports and the country that carries it out. The object of study in this article is Brazil, and the problem that guides this work is whether Brazilian agribusiness contributes significantly to the country's economic growth. For the practical construction of this research, the indicators of great relevance for this sector were consulted. At the end of this work, the result was that agribusiness contributes significantly to the economic growth of Brazil.

Keywords: Agribusiness, Brazil, Economic Growth

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país que conta com grandes condições favoráveis para o agronegócio, pois dispõe de terras agricultáveis, abundância de água, luminosidade, solo e clima favorável. De acordo Stefanelo (2012) o Brasil possui a maior reserva de água doce do mundo, 12% do total, concentrada na região amazônica. É o único país continental do mundo cujo eixo principal está no sentido norte-sul, apresentando todos os climas, desde o tropical até o frio (STEFANELO, 2012).

Sendo assim, percebe-se que o agronegócio pode integrar diversos setores da economia brasileira que estão diretamente ligados a produtos ou subprodutos advindos da atividade agrícola, ou pecuária, possibilitando a confecção de roupas, a elaboração de artigos de higiene pessoal, biotecnologias, e principalmente o produto “in natura” servido na mesa de todos os brasileiros diariamente.

Vários estudos sobre o agronegócio, mostram-se de grande relevância, pois o setor dispõe de oportunidades de crescimento e ganhos de competitividade, contribuindo para o aumento da produção, o que representa desenvolvimento, mais empregos e renda para a população, além de mais alimentos e mais energia. As mudanças que ocorreram na última década em relação ao agronegócio brasileiro, tem dado uma demonstração de vigor sem precedentes em toda a história, elevando o saldo da balança comercial.

Todavia, apesar dos principais entraves que envolvem o país tais como: infraestrutura e logística, carga tributária, taxa de câmbio, barreiras comerciais/protecionismo, problemas ambientais, questões sanitárias, crédito e seguro rural, e a falta de tecnologia. Ainda assim, observa-se que o Brasil construiu ao longo do tempo, um sistema produtivo altamente eficiente e competitivo no que se refere ao agronegócio.

Através da abordagem dos pontos elencados anteriormente será possível elucidar sobre o seguinte problema: O agronegócio brasileiro contribui de maneira significativa para o crescimento econômico do país?

Em relação à divisão do presente trabalho, este está dividido em quatro partes, além da introdução e outro da conclusão. Na parte dois deste artigo será feita uma apresentação dos

conceitos básicos do agronegócio e sua importância econômica. Na terceira, será contextualizado o crescimento econômico no Brasil de 2011 a 2016. Na quarta parte, será apresentada a metodologia, e por fim na quinta parte deste, será demonstrado a análise de dados e discussão dos resultados.

2 O CONTEXTO DO AGRONEGÓCIO

No tópico dois, serão apresentados os conceitos básicos do agronegócio e a importância econômica deste setor.

2.1 Conceitos Básicos do Agronegócio

Para Lourenço (2008), o conceito de agronegócio implica na ideia de cadeia produtiva, com seus elos entrelaçados e sua interdependência. Em termos literários, o dicionário de língua portuguesa (2016) define agronegócio como processos ou operações relacionadas à agricultura e a pecuária, desde a elaboração de seus produtos até a comercialização dos mesmos.

John Davis e Ray Goldberg, pesquisadores da Universidade de Harvard, enunciaram no ano de 1957, que o conceito de *agribusiness* (ou agronegócio em português), é a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, armazenamento, processamento e fornecimento dos produtos rurais e itens produzidos a partir deles. Davis e Goldberg (1957) consideram as atividades agrícolas como fazendo parte de uma extensa rede de agentes econômicos que vão desde a produção de insumos, transformação industrial até armazenagem e abastecimento de produtos derivados.

A luz de Morvan, Y. (1988), o agronegócio vem evoluindo tanto na sua definição como na forma de ser estudado, em vista que se tornou algo maior e de impacto realmente relevante na economia. Ainda conforme o autor, o entendimento do termo criado "*Agribusiness*" se trata de "cadeia de produção", cujo suas definições são elas a saber: 1) uma sucessão de operações de transformação dissociáveis, capazes de ser separadas e ligadas entre si por um encadeamento técnico; 2) é também um grupo de relações comerciais e

financeiras que estabelecem, entre todos os estados de transição, um fluxo de troca, entre os fornecedores e clientes; 3) um conjunto de ações econômicas que presidem a valoração dos meios de produção e asseguram a articulação das negociações.

Após a compreensão de cadeia produtiva, pode-se entender melhor a cadeia de produção agroindustrial. Desta forma, os autores Batalha e Silva (2010) afirmam que cadeia produtiva agroindustrial, podem ser divididas em três micros segmentos, que são eles a saber:

a) Comercialização, que representa as empresas que estão em contato com o cliente final da cadeia de produção e que viabilizam o consumo e o comércio dos produtos finais (supermercados, mercearias, restaurantes, cantinas, etc.). Podem ser incluídas nestes micros segmentos, as empresas responsáveis somente pela logística de distribuição;

b) Industrialização, que representa as firmas responsáveis pela transformação das matérias-primas em produtos finais destinados ao consumo. O consumidor pode ser uma unidade familiar ou agroindústria;

c) Produção de matérias-primas, que reúne as firmas fornecedoras no processo de confecção final (agricultura, pecuária, pesca, piscicultura, etc.).

A partir de todo um embasamento conceitual em torno de cadeia produtiva e produção agroindustrial, foi que o termo agribusiness se espalhou, sendo adotado pelas diversas nações. No Brasil, essa nova visão de agricultura se iniciou na década de 80, quando começou a haver difusão do termo, ainda em inglês. Entretanto, houve discussões sobre a tradução literal para o português, chamado muitas vezes de agronegócios, complexo agroindustrial, cadeias (agro, econômicas) ou sistema agroindustrial. Foi somente na segunda metade da década de 90, que a palavra agronegócio começou a ser validado nos livros-textos e jornais, culminando com a criação dos cursos superiores de agronegócio, ao nível de graduação universitária (BATALHA E SILVA, 2010)

2.2 O Agronegócio no Brasil e sua Importância Econômica

Antes de iniciar este tópico, cabe ressaltar que ao analisar um ambiente propício ao crescimento do agronegócio, primeiramente são observadas as condições favoráveis para o setor. No que se refere ao Brasil, a Ecoagro (2014), aborda que no país, há: i) disponibilidade de terras agricultáveis; ii) abundância de água; iii) tecnologia de ponta; iv) luminosidade; v) clima favorável; e vi) solo.

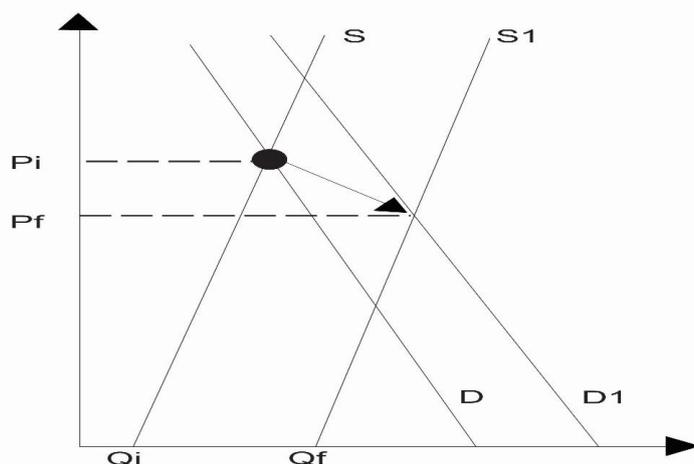
Destarte, o agronegócio no Brasil, acaba criando externalidades positivas, tais como: empregos, exportações (cujo saldo comercial é muitas vezes superavitário na balança). A Ecoagro (2014), complementa, que cerca de 30% das terras brasileiras são utilizadas para agropecuária e 61% do território ainda é coberto por matas originais, o que acaba gerando um custo de oportunidade para o país, pela não utilização.

Todavia, Renai (2007) aborda que depois de reconhecer os benefícios da transformação de uma sociedade agrária para uma industrial-urbana, não se pode esquecer que esta tem capacidade limitada de absorver mão-de-obra. Principalmente em regiões menos desenvolvidas, os setores da agricultura, da agroindustrialização e de áreas correlatas serão importantes para o crescimento da renda e do emprego, afirma o autor.

Um dos grandes problemas sociais do campo decorre dos efeitos da tendência ao declínio dos preços agrícolas, à medida que surgem e são aplicadas novas tecnologias que barateiam o custo de produção. É preciso enfatizar que o problema não decorre do avanço tecnológico, mas de alguns de seus efeitos sobre as populações tradicionais. O desenvolvimento de novas tecnologias é algo fortemente desejável, haja vista que barateia os alimentos e com isso propicia melhores condições de vida nas cidades. O problema surge quando coexistem, no campo, as grandes empresas agrícolas, capazes de absorver rapidamente as novas tecnológicas, e as pequenas unidades familiares de produção (CALLADO, 2011, p. 65).

Para ilustrar melhor a afirmação citada acima, o gráfico abaixo demonstra que há uma expansão da curva de demanda por alimentos, decorrente do crescimento populacional e da elevação da renda. Callado (2011, pág. 67) expõe seu ponto de vista, afirmando que: “o aumento da oferta em decorrência do progresso tecnológico acontece um passo bem mais acelerado, pois a ampliação da produtividade é maior que o avanço da renda e da (população) somados”.

Gráfico 1. Tendência ao declínio dos preços agrícolas



Fonte: Callado (2011, p. 67).

Segundo a linha de raciocínio de Callado (2011) o resultado destas dinâmicas desiguais é um ponto de equilíbrio de mercado situado a preços mais baixos que antes. Ainda segundo o autor, uma vez que as populações tradicionais não incorporam as novas tecnologias, a redução do preço de seus produtos significará uma retração em sua renda, que na maioria das vezes já é baixa e com este advento se torna ainda menor.

Ao analisar o gráfico, percebe-se que há ainda um segundo efeito que acaba acentuando este fenômeno, pois como as curvas de oferta (S) e de demanda (D), são muito inclinadas no setor agrícola, e a queda de preços é maior que em outros setores, os movimentos de S e D, ocasionam grandes oscilações de preços.

Finalizando este entendimento, Callado (2011, p. 67) afirma “a queda de preços força a saída de firmas no mercado, mormente aquelas que não conseguem incorporar as novas tecnologias, isto é, os pequenos agricultores familiares, o que acaba reforçando a pobreza e a migração para as cidades”. Neves (2015, p. 3), elucida que mesmo com os gargalos mencionados acima, o agronegócio é muito importante para os brasileiros, e que este setor tem procurado melhorar a vida das famílias ao longo dos anos. O autor questiona “dá para imaginar o que seria da vida dos brasileiros sem a abundância que brota dos campos agrícolas?” O mesmo responde, dizendo que “haveria menos emprego, visto que todo o agronegócio é responsável por cerca de 37% dos postos de trabalho no país”.

Conjugando com as teses dos autores acima, ressalta-se que, a última pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias brasileiras gastavam 33,9% de seu orçamento com alimentação em meados da década de 70, porcentagem esta, que caiu para 19,8% em 2009 (IBGE 2010).

3. CRESCIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL 2011 A 2016

Neste tópico serão apresentados, uma análise do PIB brasileiro de 2011 a 2016 e as dificuldades enfrentadas na economia brasileira nestes anos. Esta temática dará estrutura a parte quatro deste artigo por apresentar informações necessárias que visam dar suporte para um entendimento mais claro na análise de dados, que serão demonstradas neste trabalho.

3.1 PIB brasileiro entre 2011 a 2016

O desempenho do PIB do Brasil nos anos de 2011 a 2016, terá como base as informações divulgadas no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Desde o ano de 1990, o cálculo e a divulgação do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro são elaborados pelo IBGE que é um órgão Federal subordinado ao Ministério do Planejamento. Contudo, anterior a isso, era de competência da Fundação Getúlio Vargas (FGV) mensurar o indicador.

Dando continuidade à descrição sobre os resultados do PIB, pertinentes aos anos já mencionados (2011 a 2016), cabe primeiramente, descrever os dados relacionados ao ano de 2011. Conforme o IBGE, o PIB brasileiro de 2011 cresceu 2,7% em relação ao ano anterior. Segundo a análise realizada pelo IBGE, a economia brasileira obteve um baixo desempenho se comparado ao crescimento de 7,5% de 2010. Todavia, o saldo brasileiro foi acima da média mundial, que sofreu com os efeitos da crise econômica ocorrida na Europa e nos Estados Unidos. Já no que se refere aos valores correntes, o PIB brasileiro atingiu R\$ 4,143 trilhões (US\$ 2,267 trilhões). O PIB per capita em 2011 ficou em R\$ 21.252,00 (IBGE, 2013).

No que tange ao ano de 2012, este teve um aumento apenas de 0,9%. Conforme as informações do IBGE, o resultado foi decepcionante diante da expectativa de o governo brasileiro obter um PIB melhor em 2012. Já o ano de 2013, foi um pouco mais favorável do que o ano anterior. De acordo os dados do IBGE, a economia brasileira cresceu 2,3% em relação ao ano anterior. Os valores correntes apontam que o PIB brasileiro atingiu a marca de R\$ 4,84 trilhões. Já o PIB per capita de 2013 ficou em R\$ 24.065, uma alta de 1,4% em relação a 2012 (IBGE,2013).

Em 2014 o PIB brasileiro fechou o ano com alta de 0,1%. Se configurando em um péssimo resultado para a economia desde a — queda de 0,2% registrada em 2009, no ápice da crise econômica mundial. Segundo dados do IBGE, a soma de todos os bens e serviços produzidos pelo país em 2014 aumentou para — R\$ 5,521 trilhões. O PIB per capita ficou em R\$ 27.229, porém houve uma queda de 0,7% (em volume) em relação a 2013.

Os dados do PIB divulgados pelo IBGE referente ao ano de 2015, mostra que a economia brasileira encolheu 3,8% na comparação com 2014. A partir destes resultados, observa-se que essa é a maior queda desde que a atual pesquisa do IBGE começou a ser realizada, em 1996. O desempenho ruim da economia brasileira tomou impulso em 2016 e de acordo o IBGE, a retração foi de 3,6% em relação ao ano anterior.

Verificou-se que em 2015, a economia já havia recuado 3,8%. Essa sequência, de dois anos seguidos de baixa, só foi vista no Brasil nos anos de 1930 e 1931, quando os recuos foram de 2,1% e 3,3%, respectivamente (IBGE,2016). Ainda no que se refere ao ano de 2016, ressalta-se que em valores correntes, o Produto Interno Bruto Brasileiro chegou a R\$ 6,266 trilhões, e o PIB per capita ficou em R\$ 30.407, ou seja, houve uma redução de 4,4% comparado a 2015.

Para uma melhor visualização sobre o exposto acima, o gráfico abaixo, demonstra em porcentagem o desempenho do PIB brasileiro nos anos mencionados.

Gráfico 2. Histórico do PIB Brasileiro em porcentagem



Fonte: IBGE (2016).

3.2 Dificuldades Enfrentadas na Economia Brasileira no Período De 2011 a 2016

Após ser contextualizado sobre a análise descritiva do PIB no tópico acima, agora cabe retratar sobre as dificuldades enfrentadas na economia brasileira nos anos de 2011 a 2016. A luz de Cury e Cavallini (2016) o fôlego curto da economia brasileira em relação ao período citado, se deu por causa do PIB que segundo as autoras tiveram um 'voo de galinha', ou seja, não mantiveram o ritmo ao longo dos anos. Ainda para as autoras entre os problemas citados estão, a conjuntura externa e taxa de juros alta.

De acordo com Bonelli e Bacha (2013) pode-se dividir a trajetória de crescimento da economia brasileira após a Segunda Guerra Mundial entre antes e depois de 1980. Para os autores houve um colapso do crescimento do PIB, na década de 80, desde então, o país não se recuperou (mesmo após a estabilização em 1994).

Na mesma linha de raciocínio, Balassiano (2016) apud Matos (2016) afirmam que a economia brasileira teve baixo crescimento, devido aos anos 80, que manteve o Brasil na armadilha da renda média desde então. A luz de Bonelli (2013) se os anos de 1981–92 já

foram mais de uma vez denominados de (longa) década perdida, o nome talvez mais correto para os anos de 1993–1999 é o de (curta) fase das reformas, já que se o primeiro período foi marcado por forte incerteza macroeconômica, seja com inflação alta e crescente, o segundo caracteriza-se por importantes mudanças de política econômica e transformações institucionais, destacando a importância do Plano Real nesse processo.

Bonelli (2013) *apud* Balassiano (2016) abordam que, o governo do presidente Lula (2003-06 e 2007-10) optou no primeiro mandato por manter inalterado o regime de política econômica herdada do seu antecessor, sendo beneficiado pela bonança internacional causada pelo aumento dos preços das commodities exportadas pelo Brasil.

Cury e Cavallini (2016) afirmam que a crise econômica mundial teve início em 2008 e culminou com a quebra do banco Lehman Brothers nos EUA. No Brasil, o governo apostou na redução do esforço fiscal e no aumento dos gastos públicos como medida de estímulo. Logo, o crescimento durante a era Lula foi baseado no excesso de liquidez internacional e na elevação no preço das commodities, sendo elas produtos agrícolas e minerais. (CURY E CAVALLINI, 2016).

Para Ghani (2017) após a crise internacional, o governo, Dilma não pôde mais contar com o apoio externo. Ainda para o autor sem as mudanças estruturais necessárias, o Brasil ficou em 2016 mais vulnerável. Já para Botelho (2014) a crise econômica mundial em 2008, teve um impacto negativo no crescimento do país, porém, o efeito foi sentido apenas em 2009. Botelho (2014) observa que a falta de competitividade é um problema do Brasil e não do mundo, pois foram os problemas domésticos que geraram a desaceleração do país.

Diante disso percebe-se que a perda de ritmo da economia diante dos infortúnios internacionais, fez com que o governo brasileiro passasse a adotar uma política anticíclica, que segundo Cury e Cavallini (2016) consistia em aumentar os gastos para impulsionar a economia.

Na avaliação de Ribeiro (2014) as políticas macro e microeconômica pós-crise geraram desequilíbrios que acabaram por derrubar a taxa de crescimento, resultando em menor produção e investimento. Em relação à perda da reputação Cury e Cavallini (2016) afirmam que o mercado vem perdendo confiança e, com isso, os investimentos são afetados.

“Perda de confiança trava o investimento, pois todos ficam à mercê da política econômica que está sendo realizada naquele momento. As regras do jogo deveriam ser claras e debatidas com todos os setores, e não

impostas. É preciso ainda dar mais previsibilidade às regras tributárias” (BOTELHO, 2014, p. 6).

A luz de Ghani (2017) o mercado topa correr riscos, mas não gosta de mudanças nas regras do jogo. Segundo o autor a quebra de contrato com as empresas de energia, aliada às interferências no setor de transporte sinalizam para o mercado um ambiente ruim para negócios, pois para essas áreas da economia, a alta interferência governamental ocasiona a fuga dos investimentos.

Constata-se, que são várias as dificuldades enfrentadas pelo Brasil em relação a estes anos. Para Buccelli (2015) o crescimento da economia brasileira depende de investimento em infraestrutura e não em política que estimule o consumo das famílias. Ainda para o autor, enquanto não houver uma política industrial que deslanche o investimento privado, e recupere a confiança empresarial, o PIB deverá ter fôlego curto.

4 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia deste estudo tem por fim, saber se o agronegócio brasileiro contribui de maneira significativa para o crescimento econômico do país, com ênfase nos anos de 2011 a 2016 (considerados anos importantes para o setor). Deste modo, a pesquisa é tanto quantitativa, apoiada em números estatísticos disponibilizados por órgãos competentes, quanto qualitativa, tendo base em referencial teórico. Nesse sentido, o trabalho fora traçado em três etapas: 1) Descrição de pesquisa a ser feita; 2) Identificação do método de abordagem e de procedimento; 3) Técnica de pesquisa.

Ressalta-se que foi feito uma pesquisa descritiva, combinada com a bibliográfica, desenvolvida a partir de contribuições de autores da área de economia, agronegócio e administração. Os métodos estão assentados sobre o método dedutivo como abordagem e, histórico e estatístico (ou estudo de caso) quanto aos procedimentos.

Para o tratamento de dados utilizou-se a documentação indireta (pesquisa bibliográfica e documental), além de tabelas, gráficos e figuras, junto ao sítio do IBGE, Banco Mundial. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Sistema AGROSTAT do MAPA, Centro Estudos Avançados em Economia Aplicada — CEPEA da Escola Superior de

Agricultura Luiz de Queiroz — ESALQ/USP, Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária — CNA.

5 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta parte do artigo o objetivo principal é analisar o crescimento do Agronegócio no mercado Brasileiro e sua participação no PIB entre os anos 2011 a 2016. É importante enfatizar que os três setores analisados pelo IBGE (2011 a 2016) de maior destaque são: a agropecuária; indústria e serviços. Entretanto, Fachinello (2014) et.al. explicam que os setores que compõem o agronegócio são grupados em quatro segmentos que constituem a cadeia produtiva: insumos, agropecuária, agroindústria e serviços. Desse modo, os autores afirmam que o agronegócio deve ser analisado na totalidade (não somente o segmento da agropecuária, como analisa o IBGE).

Este estudo de caso se respaldará no Relatório PIB Agro – Brasil, que é resultante da parceria entre o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), da Esalq/USP, e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). De acordo o estudo proposto, o cálculo do PIB do agronegócio é feito pela ótica do valor adicionado, a preços de mercado, computando-se os impostos indiretos líquidos de subsídios. A quantificação dessa medida reflete a evolução do setor em termos da renda real, a qual se destina à remuneração dos fatores de produção: trabalho (salários e equivalentes), capital físico (juros e depreciação), terra (aluguel e juros) e lucros.

Considera-se, portanto, no orçamento do PIB do agronegócio, o crescimento tanto do volume produzido, como dos preços, e a inflação descontada. De acordo a CEPEA (2017) o agronegócio é entendido como a soma de quatro segmentos: (a) insumos para a agropecuária, (b) produção agropecuária básica ou, como também é chamada, primária ou “dentro da porteira”, (c) agroindústria (processamento) e (d) serviços. A análise desse conjunto de segmentos é feita para o setor agrícola (vegetal) e para o pecuário (animal).

Ao serem somados, com as devidas ponderações, obtém-se a análise do agronegócio. É muito importante destacar que este relatório considera os dados disponíveis — preços observados e estimativas anuais de produção — até o seu fechamento (CEPEA, 2017).

Inicialmente, cabe colocar os dados da participação da agropecuária, conforme mostra a tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Agropecuária

AGROPECUÁRIA					
ANO	INSUMO	BÁSICO	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
2011	153,23	371,31	388,73	421,46	1336,73
2012	152,74	367,71	373,64	409,04	1298,13
2013	158,86	395,16	386,05	425,38	1365,45
2014	162,72	411,99	384,04	429,49	1388,26
2015	167,42	420,85	386,79	433,07	1408,14
2016	173,16	444,48	396,79	451,54	1469,97

Fonte: CEPEA-USP E CNA (2017).

Apresenta-se na tabela 1, uma análise dos procedimentos utilizados pelo Centro de Pesquisas Econômicas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA – ESALQ/USP) para o cálculo e acompanhamento do PIB do Agronegócio Brasileiro, realizados com o suporte da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

*Tomando-se como base a taxa de crescimento acumulada em 2016.

De acordo Fachinello (2014) et.al., pelo critério metodológico do Cepea, o PIB do agronegócio é medido pela renda gerada em todas as atividades que se relacionam com a agropecuária. No que diz respeito a tabela 1, a CEPEA (2017) explica que a desagregação é feita em dois ramos: agricultura e pecuária. Porém, para essa desagregação ponderam-se os valores de produção e de insumos pela participação de cada produto no valor de produção e de consumo intermediário total, de acordo com os dados do Censo Agropecuário.

No segmento de Insumos do agronegócio, a CEPEA-USP E CNA afirmam que são computadas parcelas do valor adicionado a preços de mercado de todos os setores (da matriz) fornecedores de insumos para a agricultura ou para a pecuária. Segundo o Centro, essas parcelas são definidas em função da importância da agricultura ou pecuária como comprador (usuário) de cada setor incluído no segmento de insumos.

A Tabela 1, demonstra as parcelas de produção das principais atividades da agropecuária, para o ano de 2011 a 2016. Onde as parcelas da produção vendidas para as

atividades primárias foram multiplicadas pela renda gerada em cada setor, formando-se, assim, a participação de cada fornecedor de insumos para a atividade agrícola ou pecuária.

Em relação à produção agropecuária básica, observa-se na tabela 1 que os valores adicionados a preços de mercados da agropecuária (agricultura e pecuária) de 2011 a 2016, “dentro da porteira”, são considerados integralmente nesse segmento. De acordo a CEPEA (2017) no cálculo do PIB da agropecuária entram, separadamente, os PIBs da agricultura (agric) e da pecuária (pec).

De acordo a tabela 1, no que tange o setor da indústria de base agrícola ou pecuária, a CEPEA (2017) afirma que é incluído todo ou parte do valor adicionado a preço de mercado pela indústria processadora que efetuam até a terceira transformação das matérias-primas agropecuárias.

Já no que se refere o cálculo do PIB do segmento de serviços do agronegócio, a tabela 1, computou a parcela dos valores adicionados a preços de mercado pelos setores de transporte, comércio e serviços. Essa parcela é definida pela participação da demanda final do segmento do agronegócio no total da demanda final doméstica (DFD).

A luz da CEPEA (2017), a demanda final dos segmentos do agronegócio inclui as demandas das atividades “dentro da porteira” e indústrias relacionadas. Para o cálculo do PIB do agronegócio brasileiro, tomou-se como base os setores de serviço definido como: comunicação, instituições financeiras, serviços às famílias, serviços às empresas, aluguéis e imóveis, administração pública e serviços privados não mercantis.

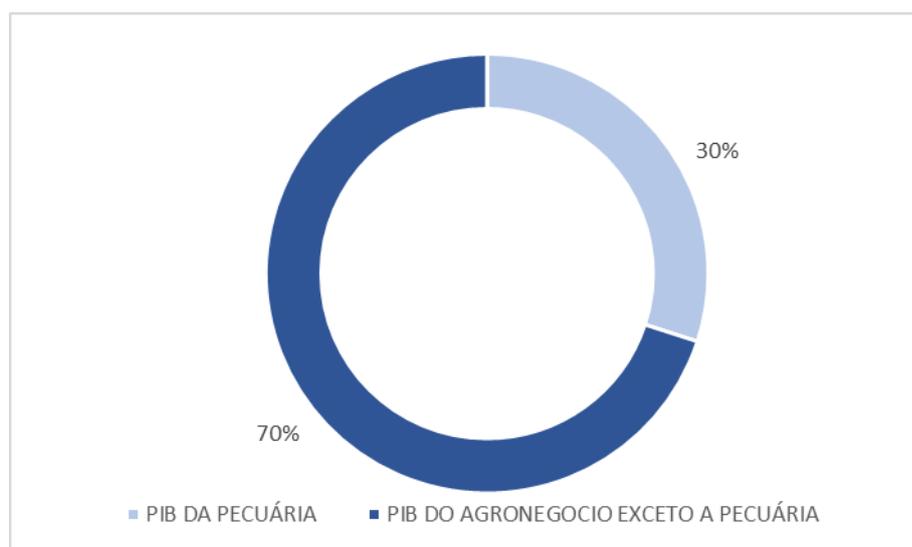
Como pode-se verificar na tabela 1, foi analisado o segmento da agropecuária conjuntamente ao demais setores que compõe o agronegócio. No gráfico 3, a seguir será analisado o desempenho da pecuária.

A Procreate (2016) elucida que o Brasil é considerado um país industrializado, ao mesmo tempo, em que ocupa um dos primeiros lugares em produção pecuária e agrícola. Ainda segundo a Procreate, a Pecuária, é uma atividade pertencente ao setor primário da economia, sendo uma das principais áreas de produção de riqueza no país, estando cada vez mais interligada ao meio industrial e mais dependente das transformações técnicas e tecnológicas.

Clarifica-se que o setor da pecuária no período de 2011 a 2016, abasteceu o mercado interno, e exerceu um grande papel nas exportações brasileiras. “A pecuária no Brasil é exemplo de produção, a carne de bovino brasileira é considerada uma das melhores do planeta

e a criação de gado leiteiro é destaque frente a vários países. Contudo, para chegar nesse patamar, foi necessário um trabalho que durou e dura até hoje”, afirma a Procreate (2016).

Gráfico 3. Representatividade do PIB pecuário do agronegócio brasileiro.

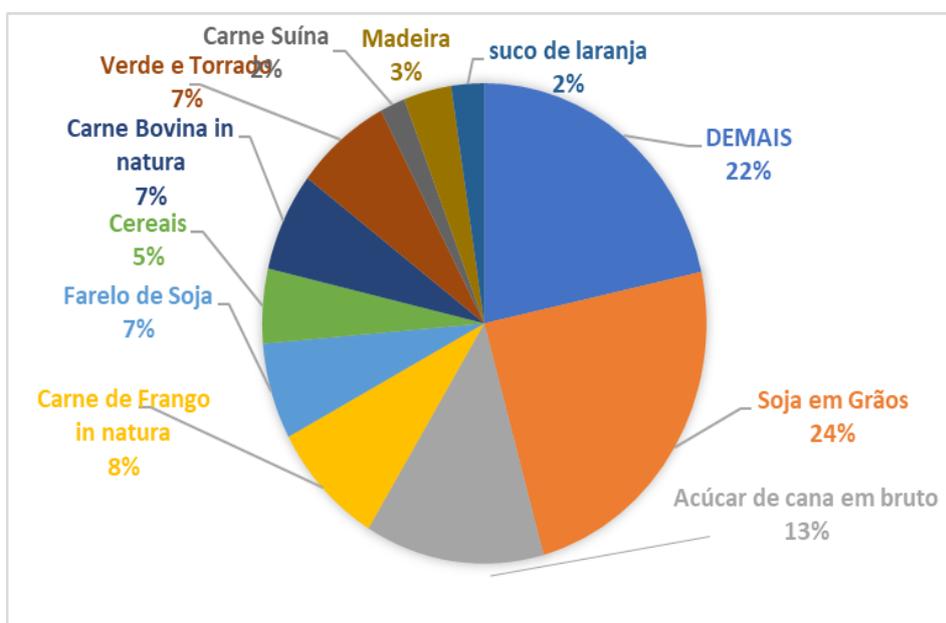


Fonte: IBGE/CEPEA- Elaboração ABIEC (2015).

A ABIEC (2016) explica que no ano de 2015, o saldo da balança comercial brasileira foi de US\$19,69 bilhões, e que as exportações do agronegócio, contribuíram significativamente para o saldo positivo do setor, que por sua vez foi fundamental para o resultado positivo da balança comercial. Conforme se verifica no gráfico 3, o PIB da pecuária obteve 30% do agronegócio brasileiro em 2015. Esta cadeia produtiva movimentou mais de R\$483,5 bilhões neste referido ano.

O gráfico abaixo mostra os principais produtos exportados pelo Brasil em 2016.

Gráfico 4. Principais produtos exportados em 2016 (Brasil)



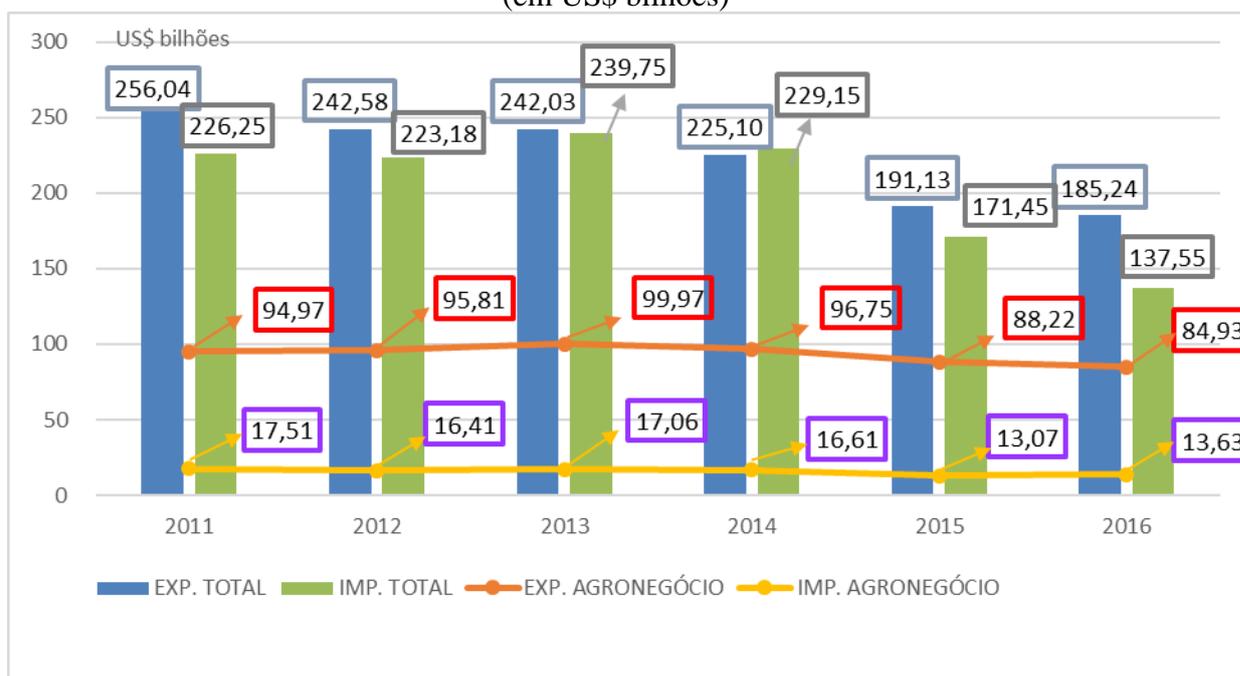
Fonte: MAPA- Agro Star Brasil a partir dos dados da Secex/MDIC
Elaboração: CGOE/DPI/SRI/MAPA (2017).

Observa-se, que no Brasil a agropecuária é muito importante. De acordo o gráfico 4, pode-se verificar que os setores que mais se destacaram em 2016, foram os produtos básicos. A soja em grão, por exemplo, teve uma participação de 24% nas exportações brasileiras.

Entretanto, o Agro Star Brasil (2018) explica que, os serviços relacionados tiveram avanços mais expressivos do que os primários, pois, grande parte dos produtos não podem ser transportados a longas distâncias sem processamento. Desta forma, a agroindústria produtora e processadora de bens intermediários foi a que mais progrediu em termos de exportação, seguida dos produtos primários e depois da agroindústria produtora de bens finais.

O aumento nas transações comerciais envolvendo o agronegócio pode ser melhor compreendido por meio da análise da evolução anual de 2011 a 2016 da balança comercial brasileira e do agronegócio, demonstrada no gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5. Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio – 2011 a 2016 - (em US\$ bilhões)



Fonte: Agrostat Brasil, a partir de dados da SECEX/MDIC
Elaboração: DAC/ SRI/MAPA (2017).

O gráfico 5, apresenta a balança comercial brasileira relacionada à base de dados da AGROSTAT, que é um sistema de Estatística de Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro. Neste gráfico serão expostos à exportação e importação total; exportação e a importação do agronegócio.

Observa-se de acordo o gráfico 5, que em 2011 a exportação total da balança comercial brasileira foi de 256,04 bilhões de dólares americanos, e a importação total foi de

US\$ 226,25 bilhões. A participação das exportações do agronegócio na balança comercial no ano de 2011 foi de 94,97 bilhões, no que se refere as importações do agronegócio o mesmo soma 17,51 bilhões de dólares.

Se tratando do ano de 2012, o gráfico 5, demonstra que a exportação total teve um decréscimo em relação ao ano anterior de 13,46 bilhões de dólares, fechando a exportação total neste ano em 242,03 bilhões. A importação total somou 223,18 bilhões, com uma diminuição de 3,07 bilhões em relação ao ano anterior. Já em relação ao agronegócio as exportações desse setor para ano de 2012 teve um acréscimo de 840 milhões de dólares, somando 95,81 bilhões. E a importação total do agronegócio teve um decréscimo de 1,1 bilhões de dólares, fechando o ano com 16,41 bilhões.

Dando sequência a análise dos anos, observa-se que de acordo o gráfico 5, no ano de 2013 houve uma retração nas exportações totais, brasileira de 550 milhões de dólares, somando 242,03 bilhões. No que tange as importações totais, esta teve um aumento de 16,57 bilhões, somando 239,75 bilhões de dólares. No que se refere as exportações do agronegócio, este teve um aumento de 4,16 bilhões de dólares, acumulando neste ano 99,97 bilhões. Em contrapartida, as importações do agronegócio para este ano, teve um acréscimo de 650 milhões, fechando o ano com 17,06 bilhões.

Em 2014 houve um decréscimo em comparação com o ano de 2013, onde as exportações totais decaíram 16,93 bilhões de dólares em relação ao ano anterior, somando 225,10 bilhões. Também ocorreu uma retração na importação total, que diminuiu 10,6 bilhões em importações comparado com o ano de 2013, somando 229,15 bilhões. Em relação ao agronegócio, este setor também apresentou uma retração de 3,22 bilhões, fechando em 96,75 bilhões. No que tange as importações do agronegócio, este também apresentou uma diminuição de 0,45 milhões, somando 16,61 bilhões de dólares.

Ainda conforme a interpretação do gráfico 5, se tratando do ano de 2015, em relação à exportação total a balança comercial computou 191,13 bilhões de dólares, porém houve uma retração de 33,97 bilhões, comparado ao ano de 2014. As importações totais também diminuíram em 57,7 bilhões, somando 171,45 bilhões. O setor do agronegócio também sofreu neste ano um decréscimo de 8,53 bilhões comparado com o ano anterior, fechando em 88,22 bilhões. No que tange as importações do agronegócio este fechou o ano em 13,07 bilhões com uma diminuição de 3,54 bilhões em relação ao ano de 2014.

Referente a 2016, o gráfico 5, constata que a exportação total foi de 185,24 bilhões de dólares, havendo um decréscimo de 5,89 bilhões em relação ao ano anterior. As importações

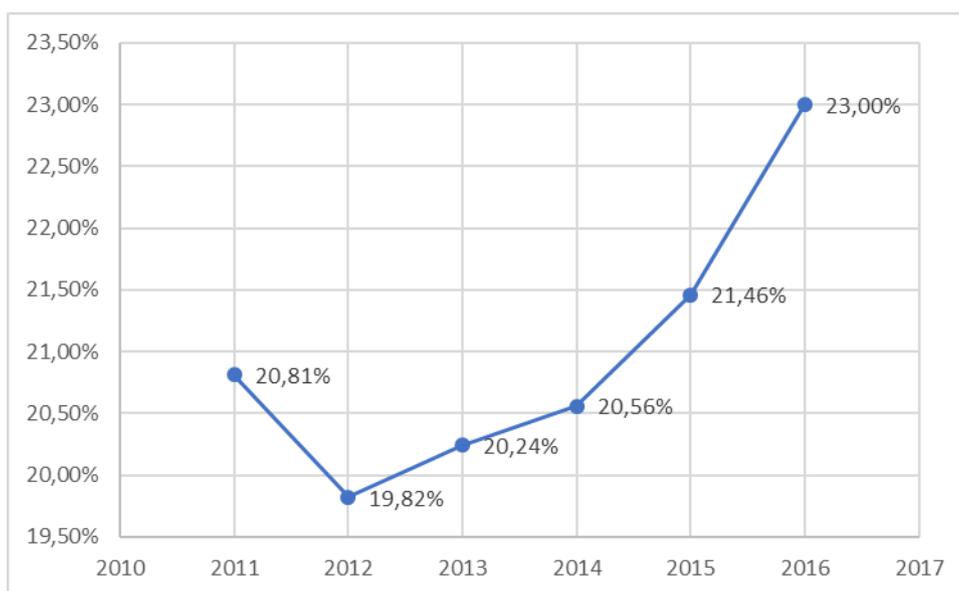
totais brasileiras chegaram a 137,55 bilhões, também sucedendo em uma retração de 33,95 bilhões, em comparação ao ano de 2015. Se tratando das exportações do agronegócio, este encerrou o ano de 2016 com 84,93 bilhões e também contou com uma diminuição de 3,29 bilhões de dólares, comparado ao ano anterior. Já as importações do agronegócio fecharam o ano com um acréscimo de 560 milhões de dólares.

Segundo o gráfico 5, o desempenho favorável da balança comercial brasileira nos anos de 2011 a 2016 foi influenciado, em especial, pela trajetória das transações externas do agronegócio, que, de maneira geral, geraram superávit comercial superior ao déficit associado aos demais setores da economia.

Ressalta-se, ainda, que, de acordo com estimativas do MAPA (2017), as expectativas para os próximos anos serão de elevação nas participações do Brasil no comércio mundial de soja, milho, carne bovina, de frango e suína. Isso se, o país der a manutenção necessária para o agronegócio na corrente de comércio externo, esclarece a Instituição.

O gráfico 6 abaixo, representa a participação do agronegócio em porcentagem no PIB brasileiro nos anos de 2011 a 2016, o que facilita a compreensão dos dados demonstrados anteriormente e evidencia o impacto positivo do agronegócio para balança comercial brasileira e para economia do Brasil.

Gráfico 6. Participação do Agronegócio em porcentagem (%) no PIB Brasileiro de 2011 a 2016



Fonte: Elaboração própria, com base em dados do CEPEA/USP e CNA (PIB Agronegócio), juntamente ao IBGE (PIB Total) (2017).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio no Brasil vem introduzindo progressos técnicos no setor agropecuário ao longo das últimas décadas, estimulado pela associação dos insumos químicos como fertilizantes, nutrientes e defensivos (devido à melhoria genética vegetal e animal). Sendo assim as transformações pelas quais a sociedade passa, aprofundam a correlação da agricultura com as funções de insumos, equipamentos e máquinas agropecuárias, processamento e transformação, distribuição e consumo, dando origem ao termo agronegócio.

Ao longo da contextualização feita neste artigo, percebeu-se que o Brasil é um país com grandes perspectivas convincentes para o agronegócio, em face de suas características e heterogeneidade, tanto de solo quanto de clima, possuindo ainda áreas agricultáveis altamente férteis e ainda inexploradas. Bacha (2004) aborda que com o aumento da demografia mundial e sua conseqüente demanda por alimentos, há uma previsão de que o Brasil alcançará o patamar de líder mundial no fornecimento de alimentos e commodities ligadas ao agronegócio, solidificando sua economia e alavancando seu crescimento.

Respondendo à pergunta que norteia este trabalho, se o agronegócio brasileiro contribui de maneira significativa para o crescimento econômico do país, chegou-se ao fim deste estudo com a resposta: Sim, contribui significativamente, pois se verificou nesta pesquisa que o agronegócio, é de suma importância para o progresso econômico do Brasil, visto que, a atuação deste setor no comércio externo brasileiro propicia um ambiente promissor, desde sua relevante participação na pauta de exportações brasileiras puxada pela demanda mundial por *commodities agrícolas*, quanto na infraestrutura: agroindústria, serviços e transportes.

Como visto neste artigo, o Brasil possui inúmeros produtos agropecuários, dispondo de um significativo valor estratégico em nossa economia. A partir das análises feitas nesta pesquisa, verifica-se que o agronegócio é o motor da economia nacional, registrando

importantes avanços qualitativos e quantitativos, além de ser um grande gerador de riqueza, impulsiona os demais setores.

REFERÊNCIAS

- ABIEC, Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (2017). Disponível em: http://www.newsprime.com.br/img/upload2/2016_FolderPerfil_PT.pdf Acesso em: 22 de dezembro de 2017.
- AGROSTAT, Estatísticas de comércio exterior do agronegócio brasileiro. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2017). Disponível em: <http://indicadores.agricultura.gov.br/agrostat/index.htm>. Acesso em: 25 de dezembro de 2017.
- ANDRADE, M. (2010) **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. 10º ed. São Paulo: Editora Atlas.
- BACHA, C. J. C. (2004) **Economia e Política Agrícola no Brasil** - São Paulo: Atlas.
- BALASSIANO, M (2016). **Desempenho da economia brasileira entre 1980 e 2016: Uma análise da desaceleração brasileira pós 2010**. São Paulo, 2016.
- BATALHA, O; SILVA, A. (2010) **Gerenciamento de sistemas agroindustriais: definições especificidades e correntes metodológicas**. São Paulo, 2010
- Bonelli, R. e Bacha, E. (2013). “**Crescimento Brasileiro Revisitado**”, em **Desenvolvimento Econômico — Uma Perspectiva Brasileira**. Editado por F. Veloso, P. C. Ferreira, F. Giambiagi e S. Pessôa. Ed. Campus, Rio de Janeiro.
- BOTELHO, V. (2013). **Conjuntura externa do Brasil de 2011 a 2014**. São Paulo, 2014, p. 6.
- BUCELLI, R. (2015). **Gastos públicos no Brasil de 2011 a 2015**. São Paulo.
- CALLADO, A.A.C. (2011.) **Agronegócio**. 3º ed. São Paulo: Editora Atlas. p. 65- 67.
- CEPEA, Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, (2016). Disponível em :https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Relatorio%20PIBAGRO%20Brasil_DEZEMBRO.pdf. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.
- CURY, A; CAVALLINI, M. (2016). **Conheça cinco causas do “fôlego curto” da economia brasileira**. G1 São Paulo.
- DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A. (1957). **A concept of agribusiness. Division of Research**. Graduate School of Business Administration. Boston: Harvard University, 1957.
- ECOAGRO GROUP. (2017) Disponível em: < <http://www.ecoagro.agr.br/agronegocio-brasil/>> Acesso em: 07 de março de 2017.
- EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2017). **A agricultura Brasileira**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/grandes-contribuicoes-para-a-agricultura-brasileira>. Acesso em: 22 de dezembro de 2017.
- FACHINELLO, A; SILVA, A; BARROS, G. (2014). **PIB DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO**. São Paulo.
- FAOSTAT, Food and Agriculture Organization of the United Nations (2016). **Os 10 maiores países produtores agropecuários do mundo**.
- FEIJO, C.A; LAMONICA, M.T. (2007). **Crescimento e Industrialização no Brasil: As lições das Leis de Kaldor**. Recife. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia da Associação Nacional dos Cursos de Pós Graduação em Economia (ANPEC). 2007, p. 2.

- GHANI, A. (2017). **PIB faz “voo de galinha”, sem manter mesmo ritmo ao longo de anos.** São Paulo.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2017). Disponível em www.ibge.gov.br acesso em 16 de novembro de 2017.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2016). Análise de dados do PIB de 2011 a 2016.
- LOURENÇO, J; LIMA, C. (2008). **Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas.** São Paulo.
- MORVAN, Y. (1988). **Fondements d'économie industrielle.** Paris: Economica.
- NEVES, M. (2015). **Importância do Agronegócio no Brasil: Reflexos e Reflexões.** São Paulo, p.3.
- ONU E FAO. (2015) **10 Coisas que você precisa saber sobre a agricultura brasileira 2016.** Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2015/03/10-coisas-que-voce-precisa-saber-sobre-agricultura-brasileira.html>. Acesso: 24 de dezembro de 2017.
- PROCREARE. (2017). **Pecuária no Brasil.** Disponível em: <http://procreare.com.br/pecuaria-no-brasil/>. Acesso em 22 de dezembro de 2017.
- RENAI. (2007). **A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento. O Setor de Agronegócio no Brasil: Histórico e Evolução do Agronegócio Brasileiro.** São Paulo, 2007, p.2.
- REVISTA SAFRA. TARDIOLI, F. (2017). **Os desafios do agronegócio em 2017.** Disponível em: <http://revistasafra.com.br/os-desafios-do-agronegocio-em-2017/>. Acesso em: 07 de junho de 2017.
- RIBEIRO, A. (2014). **Gastos públicos do Brasil de 2011 a 2014.** São Paulo
- SOARES, C; CAVALCANTI, P. (2015). **O PIB e seus determinantes: Uma análise econométrica para o Brasil.** São Paulo
- STEFANELO, E. (2012). **O agronegócio Mundial e Brasileiro.** São Paulo.